

A IDEOLOGIA DA "JEUNESSE DORÉE"

GUERREIRO RAMOS

A Revolução de outubro de 1930, colocando de maneira dramática o problema da reorganização política do País, suscitou o aparecimento de numerosos livros sobre problemas nacionais. Até o ano de 1937, o interesse por êsses temas é crescente.

Analisando-se a abundante literatura que então se formou, discerne-se na mesma a expressão de diversas tendências, cada uma delas refletindo a posição de classe de seus autores. Uma destas tendências é a que pode ser considerada como acadêmico-normativa, isto é, a de um grupo de escritores, oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastadas das lutas partidárias e preocupados quase exclusivamente com a vida intelectual. Como representantes desta corrente, consideram-se neste estudo, apenas os srs. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria, muito embora, no período de 1930 a 1937, outros escritores se tenham situado do mesmo modo que os referidos homens de letras. Êles, porém, foram, no seu gênero, os que alcançaram mais relêvo na vida pública do País, entre nós, e daí o destaque aqui procedido.

O grupo em aprêço, por sua situação econômica e social brilhante, exhibe, em conjunto, os clássicos traços da psicologia da *jeunesse dorée*. Para caracterizar esta psicologia, sirvo-me à guisa de introdução ao assunto, de trecho de uma carta de Jackson de Figueiredo a Tristão de Ataíde. "Em nossa vida, meu caro Alceu — escreve Jackson — o que houve foi uma enorme diferença de plano objetivo, de sentido externo. Se eu tivesse nascido no Rio, tivesse visto a Europa, e desde cedo, sentido a vida mais ou menos assegurada, estou quase certo que não estaria muito longe do que V. ainda é hoje em dia: um homem de plácido aspecto, de labor intenso, mas regular, cuja vida interior, porém, é o eterno drama passional, a perpétua aspiração de perfectibilidade a debater-se com os impulsos sentimentais, e o gôsto amargo dos orgulhos recalçados e a vaga desconfiança, a Barnabooth, de que não há dia de amanhã, e a incessante luta com as teias de aranha de um cotidianismo mais ou menos acariciador" (*Correspondência* — 2.a ed. Rio, 1946, págs. 81-2).

Realmente, as palavras de Jackson são felizes na pintura de quadro psicológico muito freqüente na *jeunesse dorée*, isto é, naqueles estratos de intelectuais bem nascidos, para os quais as dificuldades materiais pròpriamente não existem. O paradigma dêles é Amiel. Por sua própria condição existencial, êsses intelectuais são induzidos a um certo esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disto, a uma concepção do homem e da sociedade, em têrmos preponderantemente psicológicos. Êsses traços são iniludíveis naqueles três homens públicos, em Alceu Amoroso Lima (o proustiano das memórias de *A Casa Azul*), em Afonso Arinos de Melo Franco (biógrafo comovido de seu ilustre pai), em Otávio de Faria (o torturado autor da *Tragédia Burguesa* e de *Fronteiras da Santidade*).

No período posterior à Revolução de 1930, por fôrça das transformações econômicas e sociais que se operam na sociedade brasileira, a pequena burguesia e o proletariado, embora com escassa consciência ideológica, lutam pela busca de maior participação na esfera de poder estatal, impondo uma alteração das relações de classe até então vigentes. Diante de tais fatos, a *jeunesse dorée*, não sem angústia, recorre a indagação de ordem psicológica e intelectual. Para ela, as dificuldades daquele período, traduzem uma indisciplina mental, uma desordem intelectual e conseqüentemente só poderão ser erradicadas por operações psicológicas: recristianização, primado das elites letradas, melhoria do caráter nacional.

A recristianização como fórmula resolutiva do problema brasileiro é, por exemplo, o leit-motivo da pregação política do sr. Alceu Amoroso Lima. Logo depois da Revolução de 1930, em seu tratado, *Política* (uma espécie de geometria em que as fórmulas de salvação se deduzem de princípios formais eternos: o de finalidade, o de respeito às propriedades da matéria, o de participação, e o de autoridade) o sr. Alceu Amoroso Lima expõe o seu pensamento. Diz êle:

“... todo regime político é função do ideal filosófico, moral e religioso de uma sociedade. Isto é, depende do que essa sociedade pensa sôbre a vida, seu destino e sua razão de ser. Para modificar o govêrno de um povo é preciso atuar sôbre sua alma, sua inteligência, seu ideal” (*Política* — 2.a ed. Rio, 1932, pág. 168).

Essa incompreensão dos fatos sociais preside a todo o pensamento político do líder do laicado brasileiro. Todavia, é preciso

observar, ela não é uma decorrência lógica de toda posição espiritualista. Mesmo dentro dos limites desta posição, exigências de objetividade levam os autores, entre eles, por exemplo, Max Scheler, à superação deste ingênuo idealismo de que faz plataforma o sr. Alceu de Amoroso Lima, dando lugar na casualidade histórico-social, de maneira precisa, aos fatores materiais ou reais.

Não ultrapassa o sr. Alceu Amoroso Lima, em seu espiritualismo, o nível dos enunciados genéricos, jamais tratando dos assuntos em sua forma concreta e particular. Assim, ao abordar, em *Política*, a discussão da obra de Alberto Tôrres, de um dos nossos pensadores mais objetivos, apesar de seus erros de técnica científica, o sr. Alceu procede apenas a confrontos doutrinários, parecendo-lhe tal procedimento "mais útil ao estudo da estrutura política do Brasil do que a apresentação direta de qualquer programa de reconstrução" (Págs. 179-80). Estas posturas do sr. Alceu Amoroso Lima e do seu grupo explicam a eterna frustração política e social de que têm sido vítima em nosso meio. É com referência a tais posturas que se pode invocar a observação do espiritualista Max Scheler — segundo a qual quando mais "puro" o espírito, tanto mais impotente no sentido de uma ação dinâmica sobre a sociedade e sobre a história (*Sociologia del Saber* — Buenos Aires, 1947, pág. 14), pois o espírito como tal não tem originariamente em si ou por sua natureza o *menor rudimento* de "fôrça" ou de "eficiência" causal para dar existência aos seus conteúdos; ao contrário, insiste Scheler, fatores de realização *negativos*, ou fatores reais de seleção no âmbito objetivo do *possível*, por obra de uma motivação espiritual intelegível, são sempre as relações reais da vida, condicionadas por impulsos, isto é, a peculiar combinação dos fatores reais, das relações de poder, dos fatores econômicos da produção e das relações qualitativas e quantitativas de população, além dos fatores geográficos e geopolíticos correspondentes.

A exigência de concreção do pensamento é uma regra imprescindível a ser observada em qualquer tentativa de orientação dos fatos. O teste de validade de qualquer pensamento não se opera de modo silogístico, pelo confronto de teses doutrinárias, mas por sua funcionalidade, pelo seu caráter necessário. O sr. Alceu Amoroso Lima e o seu grupo e toda a *jeunesse dorée* tentaram intervir nos acontecimentos da década de trinta, apelando para fórmulas abstratas, quando mesmo uma posição intelectualista ou espiritualista não os impedia de tomar êsses acontecimentos pela raiz. Caíram, assim, numa espécie de *flatus vocis*, naquele utopismo que "morde em granito e se desvanece em nada" e que Scheler identifica na proposição de fins que não

afetam a existência e a transformação dos fatores reais e que não se encontram dentro do âmbito da conexão causal *própria* dos fatos.

Em 1935, num livro em que pretende julgar a Revolução, que, no seu modo de ver, falira, o sr. Alceu Amoroso Lima insistia em que “a salvação do Brasil terá que vir muito mais da cultura e da religião que da técnica e da política”, que “a regeneração política da nacionalidade depende de sua reforma moral e que o trabalho sobre as instituições só pode ser fecundo se nunca dissociado do esforço em prol dos costumes e das “idéias” e proclama que “precisamos agir sobre as inteligências”.

É compreensível, portanto, que esta visão *dorée* da história se transmute numa ideologia conservadora e reacionária, para a qual toda revolução é “apostasia”, diabólica. A visão *dorée*, e isto não é exclusivo dela, afirma o primado do costume e da tradição e o máximo de audácia que se permite é o reformismo, “os métodos evolutivos de reforma social e política” muito distintos dos “métodos revolucionários”, que o sr. Alceu deplorava em 1936. “O que eu vejo nos processos revolucionários — escreve — é essa destruição da estrutura política, essa ruptura com o passado, essa insurreição contra a continuidade, a unidade, a autoridade, a ordem, a fim de construir sobre as ruínas” (*Indicações Políticas* — Ric, 1936, pág. 20). Ora o que mostra a sociologia científica dos costumes e da tradição é que toda posição que os admite intangíveis é invariavelmente tendenciosa, pois que é da essência do processo histórico-social a ocorrência intermitente de alterações qualitativas, no domínio dos costumes e da tradição. Por outro lado, a concepção da evolução contínua no domínio histórico-social não tem suportes científicos.

Com efeito, as tradições persistem enquanto encerram algo de exemplar para aquêles sobre os quais têm vigência. A exemplaridade das tradições é, entretanto, a contraparte do papel positivo que tem no processo histórico-social a minoria que as implantou ou que delas se beneficia. As tradições e os costumes são procedimentos organizatórios das relações humanas, e como tal precárias, nada de permanente se lhes podendo atribuir. São freqüentemente elaboradas por camadas minoritárias, propagando-se em seguida às outras camadas pela imitação. Desde Gabriel Tarde (1) até Arnold Toynbee (2) se tem mostrado, com es-

(1) Cfr. Gabriel Tarde, *La Logique Sociale* — Paris, 1898. Principalmente o capítulo: “L'esprit social”.

(2) Cfr. A. Toynbee; *A Study of History* — London, 1934-39-54.

ta ou aquela variante, a vinculação das tradições e de sua propagação e manutenção à exemplaridade dos chefes ou das minorias criadoras e, portanto, a relações de poder, relações estas que forçosamente se alteram no decorrer das transformações materiais da sociedade. Tarde, do ponto de vista microscópico; Toynbee, do ponto de vista macroscópico, apresentam em suas obras fartas ilustrações do papel racionalizador das relações de poder que se pode atribuir às tradições e aos costumes.

No caso da sociedade brasileira, falar em primado e defesa de tradições talvez seja, rigorosamente, superfetação pois, em larga margem, pode-se acolher como acertadas, as observações de Alberto Tôrres. Comparativamente, somos, em larga escala, uma espécie de sociedade em branco, em matéria de tradições e costumes. Isto, por um defeito constitucional, de origem. Caminhamos descontinuamente. O normal aqui têm sido os saltos. Por isso é um tanto despiciendo e livresco em nosso meio posições tradicionalistas à De Maistre, De Bonald, Burke, tão do gosto do sr. Alceu de Amoroso Lima. Somos uma sociedade sem basalto — o que, como observaria Hans Freyer — tem conseqüências espirituais. Neste terreno, como em vários outros, avulta a pertinência das observações de Alberto Tôrres, uma das quais, muito a propósito, é a seguinte:

“Nas nações novas, o fato, resultante da forma peculiar de sua exploração, é que a *sociedade* não chega jamais a constituir-se: a assimilação e a integração, obras de lento e gradual evoluir, nos velhos países, não encontram os mesmos móveis de estímulo e operação; e, pelo contrário, por entre a vizinhança, contiguidade, e uma certa comunidade, material ou moral, de semelhanças e analogias: a língua, a religião e a raça — fios de tejedura, entre outros, na composição dos elementos vitais de associação, e forças de sua atividade solidária — são aqui dissolventes. As religiões, por exemplo, como outras agremiações, agindo independentemente do mecanismo nacional, onde se deveriam entrosar, e promovendo, sem a ação geral paralela das forças nacionais, os ideais que as animam, sob a direção de sua autoridade mundial e com a sua poderosa disciplina, contribuem para desagregar as nacionalidades” (*O problema Nacional Brasileiro* — 1938, pág. 94-5).

E' êste um pensamento verdadeiramente induzido da observação dos fatos da vida brasileira. Pensamento em que se con-

tém tóda uma lúcida consciência de nossa alienação lingüística, religiosa e étnica (3).

* * *

O sr. Afonso Arinos de Melo Franco é, entre nós, uma das figuras mais representativas da visão *dorée* do mundo. Pela sua participação na vida política do país parece que, ainda hoje, se mantém fiel aos seus pontos de vista da década de trinta. Começemos pelos depoimentos que êle mesmo oferece.

“Sou um homem que, por destino, por *atavismo* (o grifo é meu, o sr. Arinos é, como se verá, racista), por necessidade psicológica (quase que poderia dizer fisiológica), se ocupa com as idéias” (*Preparação ao Nacionalismo* — Rio, 1934, pág. 34).

O livro de que retiro estas palavras trazia o subtítulo de — *Carta aos que têm vinte anos*. Dirigindo-se aos moços, que êle se propõe a orientar politicamente, escreve o atual líder da U.D.N.

“Eu já fui, como vocês, o mais moço. E o fui por muito tempo, porque comecei sendo aquilo que as comadres copiosas de carnes e os velhos tios tolerantes, costumam chamar “um menino precoce”.

Aos nove anos discutia geografia com um velho — o Barão Homem de Melo — na casa do meu avô, encantado com esta inenarrável estupidez. Fui o aluno mais moço da minha turma ginasial, e, se não me engano, o mais moço da minha turma na Faculdade. Desde cedo inquiri, fiz noitadas intelectuais, discordei, escrevi poemas, panfletos. Depois chegou Graça Aranha e eu fui o mais moço dos que se reuniram ao seu séquito de iconoclastas” (pág. 9).

Tais elementos, espontaneamente oferecidos pelo sr. Arinos, são, de fato, elucidativos da gênese de seu pensamento político. Criado em situações de classe tais que permitiram ao sr. Arinos ser como reconhece que é, facilmente se justifica a posição por êle assumida na tumultuada década de trinta, principalmente em sua primeira metade.

No domínio da teoria política, entre outras coisas, o sr. Arinos é racista. Explica, por exemplo, que as doutrinas internacionalistas, entre as quais inclui o marxismo, são “uma consequência natural da atividade dos judeus”, os quais “são levados”, in-

(3) Sôbre a alienação étnica, vide “O Problema do Negro na Sociologia Brasileira”, capítulo do meu livro, *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* — Rio, 1954.

conscientemente, às convicções que professam, pela voz obscura do sangue, que determina os movimentos da vocação ou da eleição do espírito" (*Preparação* — pág. 103). É esta, de ponta a ponta, a tese do livro — *Preparação ao Nacionalismo*. Não creio seja necessário discutir esta tese pueril.

Mas o sr. Arinos é conseqüente no racismo que adota. Assim é que, em 1936, publicou um livro, *Conceito da Civilização Brasileira*, cuja conclusão fundamental é a de que a sociedade brasileira só poderá ser bem governada se os seus postos diretivos forem confiados a pessoas bem nascidas ou de sangue limpo. Na sua doutrina, são os resíduos africanos ou índios, presentes no caráter nacional, os fatores de nossa desorganização política, social, cultural e financeira. Em outra oportunidade já me detive sobre este assunto e dispense-me aqui de reexaminá-lo.

Finalmente, é oportuno considerar os três mais freqüentes e significativos temas da *jeunesse dorée*, através de duas famosas obras dos srs. Afonso Arinos e Otávio de Faria, respectivamente, *Introdução à Realidade Brasileira* (Rio, 1933) e *Machiavel e o Brasil* (Rio, 1931). Estes livros retratam bem a perplexidade da *jeunesse dorée* em face da realidade nacional e ainda o quanto há de ocioso e extravagante na "cultura" dos escritores desta camada social. Explica-se, aliás, o fato. Trata-se, em geral, de pessoas que formam uma "cultura" quase exclusivamente pela leitura, recebendo as idéias prontas e desconhecendo as condições objetivas de que se originaram. Tendem, assim, a conceber o mundo como uma ordem ideal, por excelência, de que seria reflexa o mundo material. A gratuidade destes escritores, é, ainda, o correlato da gratuidade mesma de suas vidas, principalmente na fase juvenil em que estão se formando mentalmente e quando, por sua condição de classe, permanecem por assim dizer distantes das chamadas questões práticas da vida. São estas facilidades materiais de que desfrutam que lhes permitem aparecer, diante de avós, pais e amigos e mesmo do público, como gênios, ou seja, como indivíduos portadores de um saber desproporcional às suas idades. Os escritores *jeunesse dorée* são sempre muito pródigos na publicação de livros e, cedo, adquirem este prestígio público, que decorre da publicidade em torno de seus cometimentos em letra de fôrma.

Há, assim, uma explicação para a autoridade que logo adquirem como portavozes e mentores. Favorece-lhes, neste sentido, a incultura geral de nosso público e o despolicimento crítico dominante em nossos meios literários e científicos.

Note-se que é preciso distinguir a ociosidade de que se falava acima da ociosidade no sentido em que o termo foi utilizado

por Thorstein Veblen, de que podem resultar, formas positivas de sociabilidade.

Ora bem, os três temas a que aludíamos são: o da interpretação de nossos problemas em termos de psicologia nacional; o da salvação do País pelos intelectuais e pelas elites; o da redução do problema político a um problema moral.

Diante das transformações que testemunhava nos primeiros anos da década de trinta, principalmente diante da alteração das relações de classe que então se esboçava, consubstanciada na ascensão à esfera do poder de elementos da pequena burguesia, a *jeunesse dorée* foi obviamente assaltada de angústia, temores, pessimismo e de nostalgia dos “velhos bons tempos” da sociedade imperial em que dominavam as oligarquias latifundiárias.

A *jeunesse dorée* é monarquista.

Escreve Otávio de Faria em 1931: “Que a Monarquia tenha sido muito superior à República, não resta dúvida. Mas por pior que tivesse sido, não teria conseguido de modo algum ser mais lastimável do que esse grande desastre a que assistimos: a nossa experiência republicana” (*Machiavel e o Brasil* — 2.^a ed. 1933, pág. 152). E o sr. Afonso Arinos, em 1933: “No Brasil, as classes dirigentes da República pouco a pouco foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império” (*Introdução à Realidade Brasileira* — pág. 45); e passa, em seguida, a recordar que “naquele tempo o Brasil possuía uma certa ordem intelectual e dela decorria a estabilidade da vida social do Império” (Pag. 48). Nada mais compreensível, pois, que esses autores fôssem pessimistas no momento em que falavam e que, como Otávio de Faria, vissem naquele período germes de futuras catástrofes, pois não atentavam mesmo com nenhuma referência que lhes orientasse no meio do que consideravam o caos.

Vejamos, entretanto, como tentaram interpretar o momento que viviam. Dissemos, anteriormente, que uma das direções de suas tentativas de interpretação foi no sentido do que acreditavam ser as tendências da psicologia nacional. Sabe-se que é corrente a atribuição de aspectos da vida dos povos a entidades místicas tais como “alma nacional”, “espírito nacional”, “ethos” coletivo. É corrente nos meios populares, mas também entre os que se consideram doutos. Estes pontos de vista caracterizam, aliás, certa pseudociência em que excelsam Spengler, André Siegfried, Keyserling, Salvador Madariaga, Ruth Benedict, Margaret Mead e outros antropólogos norte-americanos que têm usado a noção de “ethos”. Sem pretender, aqui, descer a uma discussão pormenorizada desta falácia, observemos que esses autores tomam um estágio transitório da psicologia coletiva como definitivo; ou con-

fundem uma condição faseológica de um povo com a sua própria natureza. A história está repleta de exemplos de mudanças radicais na psicologia coletiva dos povos, quando passam de uma etapa de desenvolvimento para outro, e nem por isto desaparece aquela pseudociência. Basta refletir, neste sentido, a considerável mudança psicológica ocorrida entre os povos europeus quando, por força de transformações concretas, ultrapassam o estágio feudal.

Nossos autores viram nos acontecimentos dos primeiros anos da década de trinta a incidência de caracteres intrínsecos e imutáveis da psicologia nacional. Não precisamos enumerá-los todos. Para dar idéia da indigência técnica e científica desses autores é bastante mencionar que, entre outras coisas, atribuíam a convulsão que vinha de se operar no País, ao mero capricho do povo. Dizia Otávio de Faria: "Mudar por mudar, para ver. Mudar por mudar... para mudar" (pág. 188). Para o escritor, somos um povo jogador, que acredita no acaso, de vez que, observa, o "acaso" e o "imprevisto" têm presidido a nossa formação". Se Deus marcou o Brasil com algum sinal especial — diz êle — foi certamente por essa tendência ao jôgo que talvez ainda nos venha a dar "grandeza" no futuro (pág. 191). E, denunciando a origem puramente literária de suas convicções, continua Otávio de Faria: "No "Novo Apocalipse" que Rozanof profetizou, talvez o Brasil encontre uma atmosfera própria para viver a sua paixão pelo jôgo, essa sua necessidade de arriscar o futuro num golpe de sorte, êsse seu messianismo de quem realmente nunca teve um messias e quer tê-lo a tôda força" (pág. 191). E o sr. Arinos adota o mesmo ponto de vista, quando em 1936, diz: "o sentimento do acaso, do imprevisto, herdado do índio, junto à esperança permanente na proteção de forças desconhecidas e inacessíveis, eis o que faz do brasileiro êste povo espantosamente jogador" (*Conceito de Civilização Brasileira* — 1936, pág. 158).

Para êsses intérpretes não há, portanto, leis sociais objetivas. Há o acaso. Há o herói. Eis porque "na grande falta de "heróis" que asfixia a história do Brasil" (pág. 151), na ausência de "homem de exceção" (pág. 217), o remédio, para o sr. Otávio de Faria, é apelar para Machiavel.

Como forças configuradoras da sociedade só existiriam os intelectuais e as elites. Coerentemente, portanto, o sr. Otávio de Faria escreve: "O grande esforço nesse momento no Brasil parece-me que tem que ser procurar o mais possível... criar uma grande elite de cultura e ciência, capaz de ir aos poucos dominando de tal modo que a influência sôbre a grande massa irá cada vez se tornando mais fácil. Civilizar por cima. Civilizar os que

estão em estado de compreender — em vez de pensar em obrigar à cultura uma massa ainda entregue a necessidades mais elementares que lhe tomam todo o tempo e lhe absorvem todo o interesse” (pág. 270).

Aí se exhibe, em tôda sua crueza, o aspecto parasitário da *jeunesse dorée* e o alto conceito que ela tem de si própria, para não falar no desprezo que ela dedica à plebe. Haverá quem tenha dificuldade em perceber a intencionalidade (acredito inconsciente no autor) a intencionalidade de tais pontos de vista? Por sua vez, o sr. Arinos sustentava tese semelhante: “... o poder aos intelectuais, o govêrno aos doutores (o grifo é meu) porque assim é que foram governados na antiguidade e que são governados modernamente os países bem governados” (pág. 50). Quanta ignorância de história, de economia, de sociologia!

Evidentemente, não me detenho nesses autores para discutí-los como homens de ciência. Suas obras devem ser utilizadas como material subsidiário, por assim dizer clínico, para a compreensão do que os antropólogos norte-americanos (Linton, por exemplo) vêm chamando de personalidade estatutária, isto é, para estudar a psicologia específica de um estrato restrito da sociedade, num dado período. Porque na verdade, êles não têm treino científico e, por isso, em suas obras nada mais fazem além de manipular sentimentos, regras de conduta, imagens habituais em seus círculos, o rumo do presente trabalho seria outro se estivéssemos examinando o valor propriamente científico dos livros aqui mencionados. Teria, por exemplo de apontar o rosário de agravos à ciência e à história que o sr. Arinos comete.

Em tôrno da função dos intelectuais e das elites correm, no Brasil, equívocos que necessitam ser desfeitos.

Nos trabalhos dêsses dois escritores, por exemplo, principalmente não se precisa o que sejam os intelectuais. Provavelmente, para o sr. Arinos, o intelectual é a pessoa que publica livros, portadora de “visão sintética e panorâmica, com o hábito das idéias gerais” e, possuidora de grau de doutor. Exclui o nosso autor os técnicos dêste círculo. Os técnicos, diz o sr. Arinos — são os homens que preparam o terreno sôbre o qual vão agir os intelectuais de formação mais universal, mas nunca devem enfeixar nas mãos o poder de exercício (pág. 47-48).

Vê-se, assim, o caráter ingênuo da concepção de govêrno do sr. Arinos. E’ uma concepção que chega mesmo a ser infantil. Não me parece necessário demonstrar a arbitrariedade desta noção de intelectual, nem tão pouco, a carência de veracidade histórica das afirmações sôbre o domínio dos intelectuais no govêrno dos povos. Evidencia-se aí um lastimável desconhecimento mes-

mo de rudimentos de história universal. Pois, govêrno de intelectuais é coisa extremamente rara na história e o que nesta avultam são os fastos que marcam freqüentemente a posição secundária dos intelectuais nos grupos dirigentes.

Parece também que êsses defensores de governos de elites, confundem elites com classe dirigente. Esta confusão é textual em obras do sr. Arinos. Diz êle:

"Localizaremos, preliminarmente, aquilo que, na ação dos intelectuais, ou antes, na sua omissão, se me afigura ser a causa essencial de onde provém a nossa desordem intelectual. Tenho para mim que esta causa é o fato de que a "elite" intelectual no Brasil não teve senão uma parte mínima e secundária no exercício do poder republicano, e, o que é pior, por desinterêsse ou por cepticismo, não reivindicou a parte importantíssima que lhe cabia, por direito, neste exercício. Explico-me melhor. No Brasil, as classes dirigentes da República, pouco a pouco, foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império" (págs. 44-5).

Se o sr. Arinos lesse os textos autorizados, ou melhor se os estudasse, ou melhor, se o sr. Arinos desconfiasse um pouco de suas opiniões, e quisesse ser rigoroso em seus escritos, não cometeria êsses erros elementares... de simples lógica, uma vez que êle não pode ser enquadrado como especialista de nenhuma ciência.

Existe, como já observara Gaetano Mosca, em sua obra clássica, (4) em tôda sociedade uma minoria que governa e a maioria que é governada. A minoria monopoliza o poder e desfruta de suas vantagens e não é, necessariamente, constituída de intelectuais. Aliás, muito raramente o é. Ela tem sido constituída com mais freqüência de guerreiros ou militares, de nobres, de sacerdotes, de homens de negócio. As elites, portanto, se recrutam preponderantemente entre os governados e escassamente entre os que constituem a minoria dirigente. Além disto, a elite não é só a *intelligentzia*. Há outros tipos de elite: a política, a religiosa, a artística, a moral, a organizadora com as suas inúmeras diversificações.

Mas a principal falácia da tese da salvação pelas elites consiste em conceber as relações sociais como relações racionais, em atribuir aos fatores intelectuais um papel modelador do processo histórico-social. Esta é uma ilusão de pensadores do século XVIII

(4) *The Ruling Class*. Mc Graw -- Hill Book Company, Inc. London. 1939.

inteiramente superada. Graças a contribuições de Tarde, Pareto, Marx, Mannheim, e outros, formou-se uma sociologia da intelectualidade que vem mostrando cientificamente a incidência de fatores irracionais, emocionais, ideologias, interesses, costumes e de outras forças mais ou menos espontâneas da vida social no condicionamento das “verdades intelectuais” e “culturais”. Tôda *jeunesse dorée* negligência êsses problemas, e apresenta ingênuamente como definitivos, gerais, universais, as suas ilusões de classe, os pontos de vista de sua perspectiva limitadíssima.

A sociologia, o pensamento político da *jeunesse dorée* tem o seu substrato nos estereótipos ditados pelo bom senso — eterna vítima das aparências sociais.

Tudo isto mostra que a “elite” não é uma boa palavra. Já é tempo, talvez, de arquivá-la, tais as distorsões que ela tem sofrido em seu uso vulgar.

A redução do problema político a um problema moral é uma conseqüência lógica de tôda concepção intelectualista do processo histórico-social. A tese do *caráter nacional* e a da salvação pelas elites se articulam, coerentemente, no projeto de tratar os problemas sociais através da reforma moral do homem.

O sr. Otávio de Faria exprime lapidarmente esta superestimação do aspecto moral dos problemas sociais. Diz êle: “E’ da reforma do “homem” que é preciso cuidar, antes ou concomitantemente com a reforma do “homem brasileiro”. E’ o homem que é preciso atacar e cercar, dominar e corrigir, orientar, vigiar, para que depois o homem, no Brasil, possa ser honesto diante do Estado, útil à sociedade, capaz na sua vida de família, forte diante de si mesmo. Uma coisa não pode vir sem as outras. O edifício não se erguerá se não tiver fundamentos” (pág. 210).

Não é difícil ver por detrás dêste normativismo a implícita admissão de que o estrutura política e social de base latifundiária, até então dominante, não estava em questão. Em nenhum momento das obras dêsses escritores reponta qualquer referência que denunciasses a percepção da mudança que se estava efetivando naqueles anos. Dirigem-se, ao contrário, para a abordagem dos temas que Augusto Cornu chama de justificação e apologética, pois a tanto corresponde o sentido essencial das obras dêsses escritores, o qual pode ser assim dito: *A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa.*